



Número: **0800202-70.2020.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **10/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA PATRICIA RUFINO COSTA (REPRESENTANTE)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28976830	10/03/2020 22:51	Petição Inicial	Petição Inicial
28976835	10/03/2020 22:51	CARTA NEGATIVA DA SEGURADORA LIDER	Documento de Comprovação
28976836	10/03/2020 22:51	PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Procuração
28976837	10/03/2020 22:51	CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA AUTORA	Documento de Comprovação
28976838	10/03/2020 22:51	CERTIDÃO DE ÓBITO MARCOS PERREIRA	Documento de Comprovação
28976839	10/03/2020 22:51	DOCUMENTOS PESSOAIS DO FALECIDO MARCOS PERREIRA	Documento de Comprovação
28976840	10/03/2020 22:51	BO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
28976841	10/03/2020 22:51	CARTA NEGATIVA DA PROMOVIDA	Documento de Comprovação
28976842	10/03/2020 22:51	Certidão Trânsito em Julgado	Documento de Comprovação
28976843	10/03/2020 22:51	PROTOCOLO	Documento de Comprovação
29211534	18/03/2020 09:31	Certidão	Certidão
29357115	24/03/2020 11:39	Sentença	Sentença
30922206	23/05/2020 23:14	Apelação	Apelação
30922207	23/05/2020 23:14	APELAÇÃO.	Apelação
35820663	22/10/2020 20:50	Mandado	Mandado

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO - FORMATO PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE TAPEROÁ – PB,

“URGENTE”

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

JUSTIÇA GRATUITA - Gratuidade Processual - Art. 4º da Lei nº 1060/50

ACIDENTE DE TRANSITO – SEGURO DPVAT

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INCLUSO

**INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO – CARTA NEGATIVA
INCLUSA**

MARIA LUISA COSTA DINIZ, menor impúbere, portadora do CPF sob nº 140899914 - 55, representado neste ato pela a sua genitora ANA PATRICIA RUFINO COSTA, brasileira, capaz, solteira, doméstica, inscrita no CPF sob nº 121907147-10 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 3366640 SSP/PB, residente e domiciliado no João Pinto Barbosa, 55, Centro, Taperoá/PB, CEP 58680-000, email: dlclientestap@gmail.com, pelo o instrumento procuratório em anexo (**DOC. 1**), por intermédio de seus procuradores e advogados “*in fine*” assinados, com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias Castro, nº 121, Centro, Taperoá-PB, **onde receberá as eventuais intimações e notificações de estilo**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com supedâneo legal na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – VITIMA FATAL

pelo PROCEDIMENTO COMUM em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, com sede e domicílio na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nª 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848





I – DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

A concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que a promovente não possui condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da lei nº 7.115/1983, como atesta a declaração de hipossuficiência econômica realizada na “*procuração ad iudicia et extra*” (DOC.1).

Ademais, o fato de ingressar em Juízo sob o patrocínio de advogado não integrante dos quadros da Defensoria Pública, nenhuma influência tem na concessão do benefício pleiteado, conforme entendimento da sumula 29 do TJPB, que assim preceitua: “**Não está à parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública**”.

É o requerido!

II – DO PEDIDO

Douto julgador, se faz necessário que a promovida seja compelida por intimação para apresentar e juntar o **Processo Administrativo (SINISTRO Nº 3170041816)** e todos os demais documentos de que disponha referentes ao **SEGURO** que deu origem à lide, devendo ainda trazer também aos autos todas as informações (**SINISTRO Nº 3170041816**) referentes a todas as solicitações requeridas e respondidas pelo o promovente.

É o requerido.

III – Da Prescrição

A - Da Prescrição Trienal da data do acidente

O genitor da autora faleceu vítima de acidente de trânsito em via pública na Estrada do Sítio Campo do Coxo, Zona Rural do Município de Taperoá/PB, no dia 14/11/2016, sendo sepultado no Cemitério da Consolação, conforme certidão de óbito acostada na presente peça vestibular (DOC. 2), **tendo ajuizado a ação de seguro DPVAT no dia 30/01/2017, processo tombado sob nº 08000312120178150091**, conforme petição inicial em anexo (DOC. 2).

Assim, o **juízo processante EXTINGUI O PROCESSO 08000312120178150091 SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, TENDO A PRESENTE AÇÃO TRANSITADO EM JULGADO NO DIA 26/11/2019, conforme certidão em anexo (DOC. 3).**

Ato contínuo, o autor realizou o devido requerimento administrativo como toda a documentação necessária para concessão do seguro DPVAT, gerando o número do sinistro nº 3170041816.





Destarte, Excelência, o autor colacionou toda a documentação exigida para concessão do seguro DPVAT, e para a sua surpresa e espanto a seguradora Ré NEGOU O PEDIDO DE CONCESSÃO DO SEGURO DPVAT, conforme carta negativa em anexo (DOC.4)

É sabido que o ajuizamento de uma ação interrompe o prazo prescricional, destarte, tendo a demanda (processo 08000312120178150091) extinta sem resolução do mérito fica o autor possibilitado o ajuizamento de uma nova demanda, o que ocorre nestes autos, desde que esta obedeça rigorosamente ao prazo prescricional que passou a fluir da data do trânsito em julgado da ação anteriormente intentada.

A guisa de ilustração jurisprudencial, a parte autora traz a colação os seguintes precedentes, julgado proferido em casos semelhantes:

DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. DA EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO MERITÓRIA. POSSIBILIDADE DE NOVO AJUIZAMENTO. O ajuizamento de uma ação interrompe o prazo prescricional. Tendo sido a demanda extinta sem resolução meritória, fica ao autor possibilitado o ajuizamento de nova demanda, desde que esta obedeça rigorosamente ao novo prazo prescricional que passou a fluir a partir do trânsito em julgado da ação anteriormente intentada. Na hipótese dos autos, tendo transitado em julgado no dia 28.06.2002 a demanda extinta sem resolução do mérito, tinha o reclamante até o dia 28.06.2004 para ajuizar nova reclamação. Intentada nova ação somente em 24.07.2006, ou seja, 04 anos e 26 dias depois, atingida pelo cutelo prescricional se encontra. Correta, assim, a decisão que, nestas condições, extinguiu este feito com resolução meritória. Recurso ordinário negado. (TRT-6 - RO: 1046200601406000 PE 2006.014.06.00.0, Data de Publicação: 18/05/2007)

PRESCRIÇÃO. O ajuizamento de ação com citação válida interrompe o prazo prescricional, conforme art. 172, I, do Código Civil e art. 219, "caput" e 1º do Código de Processo Civil. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. De acordo com o art. 4º, da Lei 1.060/50, a parte gozará dos benefícios da Assistência Judiciária mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de demandar sem prejuízo próprio ou de sua família. (...) (TRT-4 - RO: 1481002619945040015 RS 0148100-26.1994.5.04.0015, Relator: ROGER LIMA LANGE, Data de Julgamento: 10/03/1999, 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre)

ASSIM TEMOS:

- a. Prescrição para ajuizar a ação de cobrança do seguro DPVAT: 3 anos a contar da data do acidente
- b. Data do acidente: 14/11/2016
- c. Data do Ajuizamento da Ação (processo 08000312120178150091): 30/01/2017
- d. Tempo de prescrição interrompida pelo ajuizamento da ação: 2 meses e 14 dias
- e. Data do Trânsito em Julgado (processo 08000312120178150091): 26/11/2019.
- f. Tempo Prescricional: 2 anos, 10 meses e 16 dias.

Assim, MM Juiz, o direito do autor em ajuizar a Ação de Cobrança do Seguro DPVAT encontra dentro do prazo prescricional, restando ainda quase dois anos para a propositura desta ação.

IV - Do Requerimento Administrativo e da Negativa

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nª 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848





Douto Julgador, o promovente ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a promovida para obter o seguro DPVAT **NO QUAL FAZ JUS** como o **Boletim de Ocorrência (BO), certidão de óbito e outros documentos necessários para a concessão administrativa do requerido seguro,** tendo **O PRESENTE PEDIDO POSTERGADO SEM NENHUMA JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PELA A DEMANDADA.** Registra-se, MM Juiz, que a promovente sequer recebeu alguma comunicação da promovida. PASMEN! PERDÃO EXCELÊNCIA.

Logo, MM Juiz, **A AUTORA REALIZOU O DEVIDO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SEM CONTUDO OBTER O SEGURO DPVAT QUE LHE É DE DIREITO. LAMENTÁVEL! PERDÃO EXCELÊNCIA.**

Assim, MM Juiz, **a promovida possuindo toda a documentação acostada pelo o autor necessário a concessão do seguro DPVAT** optou por **NEGAR** o seu pedido administrativo **3170041816**, conforme espelho da promovida em anexo (**DOC.2**)

A autora promovente **desconhecedor do direito de pleitear o SEGURO indenizatório na via judicial por ser pessoa de pouca instrução anexará no requerimento administrativo toda a documentação** como o **Boletim de Ocorrência (BO), laudo cadavérico, laudo tanatológico e o inquérito policial esquecendo a mesma de realizar as devidas xerocópias,** pois achará que iria receber a sua indenização do seguro DPVAT..

Nisto, Douto Julgador **toda a documentação necessária para a comprovação do sinistro e a consequente obrigação de indenizar encontra-se de posse da promovida,** sendo necessário que a mesma exiba os documentos do promovente nos autos, **O QUE DESDE JÁ REQUER COMO MEDIDA DE INTEIRA E LÍDIMA JUSTIÇA.**

III – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURIDICOS DA DEMANDA

A *causa petendi* que se assenta nas linhas a seguir revela o exercício do mais legítimo Direito da Ação e é mote para aplicação inequívoca da lei 6.194/74 e seus consectarios legais, em **DIALOGO DAS FONTES**, com a Constituição Federal, Processo Civil e o próprio Direito Civil.

III – DA CAUSA DE PEDIR REMOTA

O senhor **MARCOS PEREIRA DE DINIZ**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 2257280313 SSP/PB e do CPF sob nº 041978144-70, faleceu vítima de acidente de transito em via pública na Estrada do Sítio Campo do Coxo, Zona Rural do Município de Taperoá/PB, no dia 14/11/2016, sendo sepultado no Cemitério a Consolação, conforme certidão de óbito acostada na presente peça vestibular (**DOC. 2**).

Outrossim, MM Juiz, o “de cujus” deixou uma filha **MARIA LUISA COSTA DINIZ (ora requerente)**, única herdeira, não deixando bens a inventariar, conforme certidão de óbito, acostada nos autos na exordial (**DOC.2**).



A requerente MARIA LUISA COSTA DINIZ é FILHA do “de cujus”, sendo assim, a herdeira legalmente habilitada, haja vista que o “de cujus” COMO JÁ MENCIONADO NÃO DEIXOU ESPOSA E NEM OUTROS FILHOS, conforme certidão de óbito e a CERTIDÃO DE NASCIMENTO acostada na presente peça vestibular (DOC. 2 e 3).

Destarte, MM Juiz, claro está à qualidade DA REQUERENTE de ÚNICA HERDEIRA legítima do “de cujus”, conforme certidões acostadas nos autos (DOC. 2 e 3)..

Assim, MM Juiz, a requerente como já mencionado É FILHA do “de cujus” MARCOS PEREIRA DE DINIZ, documentação em anexo (DOC. 2 e 3), falecido em 14/11/2016, vítima de acidente de trânsito, quando o mesmo trafegava como CONDUTOR da carro FORD/VERONA LX, ANO 1993/1994, PLACA L1H7384/RJ, CHASSI 9BFZZZ54ZPB432535, PELA ESTRADA SO SÍTIO CAMPO DO COXO, ZONA RURAL DE TAPEROÁ, QUANDO PERDEU O CONTROLE DO VEÍCULO E COLIDIU LATERALMENTE COM UMA ÁRVORE, ocasionando sua morte instantânea, conforme boletim de ocorrência (DOC. 4).

Registra-se, MM Juiz, que o “de cujus” MARCOS PEREIRA DE DINIZ faleceu no local em decorrência do forte impacto, conforme Boletim de Ocorrência e a Certidão de Óbito (DOC. 4).

A certidão de óbito aponta que o evento morte fora causado por HEMORRAGIA AGUDA DECORRENTE DE TRAUMA TORÁCICO FECHADO advindo da COLISÃO, conforme certidão de óbito acostado na presente peça (DOC. 2).

Como já devidamente mencionado a autora ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a promovida para obter o seguro DPVAT NO QUAL FAZ JUS como o Boletim de Ocorrência (BO), Certidão de Óbito, Exame Tanatológico e Inquérito Policial, tendo O PRESENTE PEDIDO POSTERGADO SEM NENHUMA JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PELA A DEMANDADA, tendo em seguida O PEDIDO NEGADO conforme carta da promovida (DOC.2).

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo MARCOS PEREIRA DINIZ, culminado com o óbito, a Requerente FILHA do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer do seu Direito.

V – DA CAUSA DE PEDIR PRÓXIMA

A – Do seguro DPVAT

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores,



paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que é filha da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando



a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

VI – DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, consequentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

VII – DOS PEDIDOS IMEDIATO E DOS PEDIDOS MEDIATOS

1. Do pedido imediato:

a) Requer seja recebida esta inicial, bem como seja processada a presente demanda até final decisão jurisdicional procedente de mérito, haja vista a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, bem como dos requisitos dos artigos 319 e 320 do NCPC. Ademais, requer ainda que seja aplicado *in totum* a lei n. 6.194/74 - Seguro DPVAT.

2. Dos pedidos mediatos:

Diante dos fatos articulados e fundamentados no direito, pela privacidade vilipendiada e moral espancada, é que se requer o seguinte:

- a) Preliminarmente a **concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que o promovente não possuir condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50, conforme declaração de hipossuficiência inclusa na “procuração ad juditia et extra”(DOC.1) ;**
- b) A citação da requerida, no endereço declinado no preâmbulo para conhecer dos termos da presente, e o processamento desta inicial, sob pena de revelia, em conformidade com o artigo 319 do Novo Código de Processo Civil;
- c) Que a promovida seja compelida judicialmente por intimação para apresentar e juntar o **Processo Administrativo (SINISTRO Nº 3170041816)** e todos os demais documentos de que disponha referentes ao



SEGURO que deu origem à lide, devendo ainda trazer também aos autos todas as informações (**SINISTRO Nº 3170041816**) referentes a todas as solicitações requeridas e respondidas pelo o promovente

d) A procedência da presente demanda para o fim de condenar a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais;

d) Que o valor da condenação seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, tudo em conformidade com a súmula 54 do STJ;

e) Que seja a requerida condenada ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação;

f) O julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, I do Novo Código de Processo Civil, visto que, as provas são meramente documentais;

h) Que seja todas as publicações, intimações, notificações e quaisquer outros atos de intercambio processual deste juízo sejam realizados na pessoa dos advogados que esta subscreve, sob pena de possível nulidade.

i) Que não seja marcada audiência preliminar haja vista que a promovida declina pelo acordo após a prolação da sentença;

j) Por fim, a juntada de todos os documentos acostados na exordial.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documentais e outras que se fizerem necessárias ao deslinde da presente ação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil reais) para meros efeitos fiscais.

Nestes Precisos Termos, Pede e Confia no Deferimento.

Taperoá – PB, 0.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18446



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: MARIA LUISA COSTA DINIZ, mamon IMPURBERE, REPRESENTADA NESTEATO DE- NA A SUP OCENTORA ANA PAULINA RUFINO COSTA BRASILEIRA, SOLTEIRO RESIDENTE E DOMICILIADA NA Rua João Pinto Barbosa, 55, Centro, Taperóá-PB

, eletrônico: dclientestap@gmail.com, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – PB sob o n.º 18446, escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperóá-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT em face de

SEGUROADORA LIDER S/A, inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º 09248608/0001-04 podendo,

portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

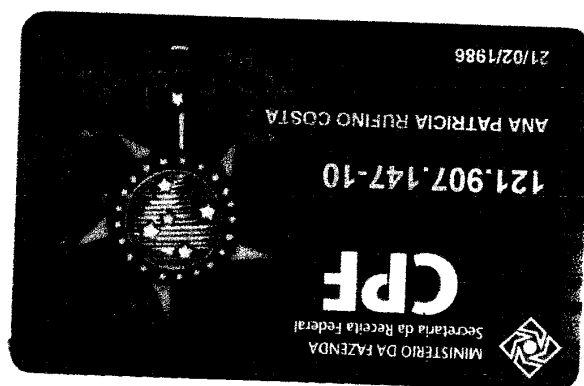
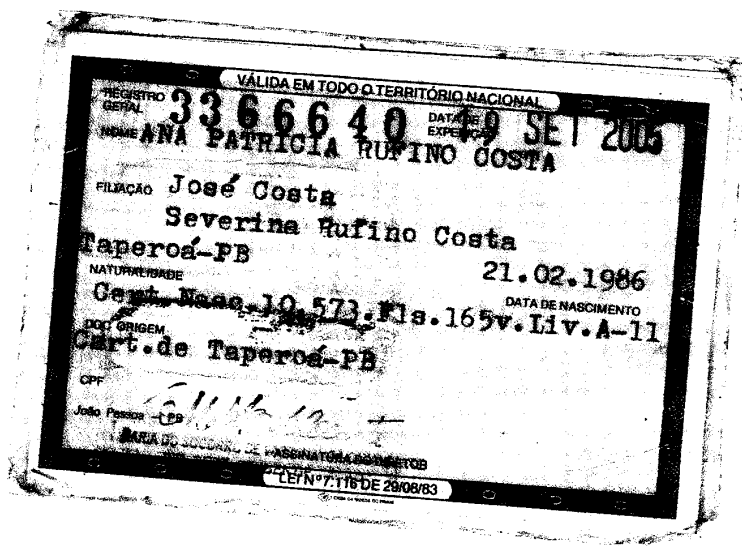
PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.**

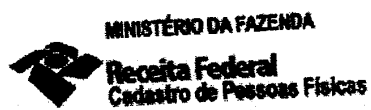
CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperóá-PB, 23 de Janaro de 2024

XAJA PATRÍCIA RUFINO COSTA
OUTORGANTE







MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

140.899.914-55

Nome

MARIA LUISA COSTA DINIZ

Nascimento

21/06/2008

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:27

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022492704700000027923889>

Número do documento: 20031022492704700000027923889

ANTONIO MOREIRA DA SILVA
RUA: ANOEL TARGY, 247 - CENTRO
TAI: /PB CEP 58680-000 (AG 85)

Clas: /Subcls RESIDENCIAL /BAIXA RENDIA MONOFASICO
Roteiro 2- 90- 605- 3850
medidor 00000635769

Referencia Jun / 2016
Emissao 06/06/2016

ENERGISA PIA - DIS: RIBUDORADE ENERJISA
ENERGISA PIA - Jua: Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 08 085 163/10-01-40 Insc Est 16.016.875-01
Nota Fiscal/Corla de Energia Eletrica (Pessoa Fisica)
Codigo para Debito Automatico: 0000100223

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Canal de contato

Jun

Info Social de Energia Eletrica - TSEF foi criada pela Lei
0 438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

06/ 2016

Data prevista da
próxima leitura

07/07/2016

CPF/CNPJ/RANI

4061812840
Insc Est

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 01/06/2016 PAGAS
OBRIGADOR!

Histórico de Consumo
(kWh)

Mar/16	33
Abr/16	29
Mai/16	24
Fev/16	31
Jan/16	30
Dez/15	29
Nov/15	32
Out/15	29
Set/15	32
Ago/15	34
Jul/15	36
Jun/15	25

Média dos últimos meses
32 kWh

b6b0 c32c d335 2ad2 6320 4586 919c 1581

Indicadores de Qualidade 4/2016 - Juazeiro

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 6,60	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 12,94	0,00	CONTRATADA 202
DIC ANUAL 25,89	0,00	LIMITE INFERIOR 231
FIC MENSAL 3,50		
FIC TRIMESTRAL 6,97		
FIC ANUAL 13,95		
DMIC 3,80		
DICRI 12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia	2,70	28,27
Compra de Energia	3,54	37,07
Serviço de Transmissão	0,21	2,20
Encargos Setoriais	0,88	9,30
Impostos Diretos e Encargos	2,25	23,56
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	9,56	100,00

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 10,26
- Leitura confirmada



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:27

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022492704700000027923889

Número do documento: 20031022492704700000027923889



Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato

Freguesias de Irajá e Jacarepaguá - 6ª Zona - Rio de Janeiro - RJ

Avenida Emílio Cardoso, 2140 - Cascadura - ☎ 2593-7188 / Avenida Brás de Pina, 287 - Penha - ☎ 2270-2098

Avenida General Dantas, 142-A - Jacarepaguá - ☎ 3392-1988 / Avenida das Américas, 3838 - Bf 1 - L N - Barra da Tijuca - ☎ 3325-6509

Registrador e Notário: *Dante Alighieri Campos Seixas*

NASCIMENTO

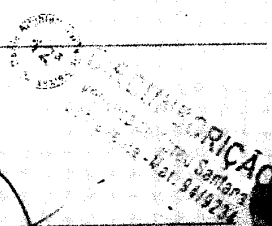
Certifico que à fl. 181 do livro nº 3SA-00099 sob o número de ordem 19981, foi lavrado hoje o assentamento de **MARIA LUISA COSTA DINIZ**, nascida aos vinte e um (21) dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito (2008), às 21:10 horas, no(a) Maternidade Leila Diniz - Rio de Janeiro - RJ, do sexo feminino, filha de **MARCOS PEREIRA DINIZ** e **ANA PATRICIA RUFINO COSTA**, sendo avô paterna: **MARIA DAS MERCES DINIZ** e maternos: **JOSE COSTA** e **SEVERINA RUFINO COSTA**. Foi declarante **MARCOS PEREIRA DINIZ**. Observações: Declaração M. Saúde nº 41361881. Dispensadas as testemunhas, na forma do artigo 529 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Isento de cobrança de acordo com a lei. 9534 de 10/12/1997. ---*---*---

Fu

escrevente,

a extrai. O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2008



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

NOME: **MARCOS PEREIRA DINIZ**

MATRÍCULA:

0706980155 2016 4 00007 008 0004017 14

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 35 anos
NATURALIDADE/UF Taperoá-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 041.978.144-70

ELEITOR

SIM - Nº 044652581252, Zona: 27 - PB

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO)

MARIA DAS MERCES DINIZ. Residência na(o) Rua José Adonias Gomes, S/N - Centro, no município de Taperoá-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO

quatorze de novembro de dois mil e dezesseis - 22:40

DIA	MÊS	ANO
14	11	2016

LOCAL DO FALECIMENTO

Em via pública: Estrada do Sítio Campo do Coxo no município de Taperoá-PB

CAUSA DA MORTE

Hemorragia aguda decorrente de trauma torácico fechado

NOME DO MÉDICO / CRM

Dr. Roberto Pires de Almeida - CRM: 7118

LOCAL DO SEPULTAMENTO

Cemitério A CONSOLAÇÃO no município de Taperoá-PB

DECLARANTE

JOSÉ PEREIRA DINIZ, Tio do falecido, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado: Praça João Suassuna, S/N - Centro, Taperoá-PB

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª Via - Registro lavrado em 17/11/2016, no Livro C-00007, Nº 4017, folha 8. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 245012850. Foi dito pelo declarante que o mesmo deixa 01 filha menor Maria Luisa Costa Diniz, era eleitor e não deixa bens a inventariar.

NOME DO OFÍCIO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF

Taperoá-PB

ENDEREÇO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 58680000 Fone: 3463-2451 E-mail: cartorioribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 25 de novembro de 2016.

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **AEB45662-YT1B**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

ARPENBRASIL AA 001961412 BRP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE TAPEROÁ- PB
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLÉDO
Av. Getúlio Vargas, s/n- Centro TEL: (083)3463-2451

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil

Cláudia Regina Guimarães
Escrevente

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às folhas 186, sob número 10655 do livro A/11 de Registro de Nascimento foi extraído o assentamento de nascimento de MARCOS PEREIRA DINIZ, nascido aos vinte e três de julho de mil novecentos e oitenta e um (23/07/1981), na Maternidade de Taperoá-PB, do sexo masculino, sendo filho de MARIA DAS MERCÊS DINIZ.

São Avós maternos: INACIO BENTO PEREIRA E ESMERALDINA JOAQUINA DINIZ.

Foi declarante a mãe do registrado e serviram de testemunhas: Genilda Maria Ferreira Silva e Maria Auxiliadora de Oliveira.

A presente certidão está igual ao original em meu poder. Não consta averbação no termo.



Registro lavrado em 20/07/1988, pela escrivã Ivone Ribeiro de Toledo.

O referido é verdade e dou fé.

Taperoá-Pb, 30 de abril de 2007


Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil



TRABALHADOR	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
<p>Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.</p> <p>Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p> <p>O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.</p> <p>Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.</p> <p>CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.</p> <p>VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR</p>	<p>CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>128.20199.56-0</p> <p>7501814 0040 RJ</p> <p><i>Marcelo Dantas Lopes</i></p> <p>ASSINADO ELECTRONICAMENTE</p> <p> </p>





CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	CONDOMÍNIO CARVALHO I
CGC/CNPJ	AV. GENARO DE CARVALHO, 2671
ENDEREÇO	RECREIO BANDEIRANTES-CEP: 22.795-077
MUNICÍPIO	RIO DE JANEIRO - RJ
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	ZELEDOR
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	03 DE AGOSTO DE 15
REGISTRO N°	1.076,70 (UM MIL, SETECENTOS E SETENTA CENTAVOS) P/MÊS
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA	CONDOMÍNIO CARVALHO I
DATA DE SAÍDA	05 DE FEVEREIRO 2016
COM. DISPENSA CD N°	
FGTS N° DA CONTA	

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
CGC/CNPJ	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	
REGISTRO N°	
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA	
DATA DE SAÍDA	
COM. DISPENSA CD N°	
FGTS N° DA CONTA	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
MARCOS PEREIRA DINIZ

DATA DE NASCIMENTO
23/07/1981

Nº do Documento
0446-5238-1252

ZONA
027

SEÇÃO
0036

MUNICÍPIO/UF
TAPEROÁ/PB

DATA DE EMISSÃO
03/05/2016

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

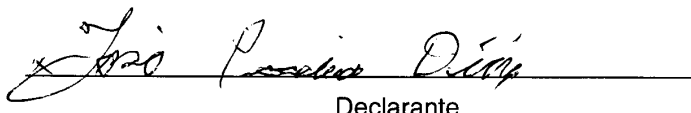




CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu cargo, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro destinado ao registro de Ocorrências Policiais desta Delegacia de Polícia, constatei às Fls. **116**, a Ocorrência Nº. **336/2016**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos **dezoito** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e dezesseis**, nesta cidade de **TAPEROÁ-PB**, Estado da Paraíba, e na Delegacia deste município, onde se encontrava presente o Delegado de Polícia Dr. Ariosvaldo Adelino de Melo, quando por volta das **16h40min**, compareceu o(a) Sr^(a). **JOSÉ PEREIRA DINIZ, RG 1942018 SSP/PB**, brasileiro, casado, natural de Taperoá/PB, aposentado, alfabetizado, com 65 anos de idade, nascido aos 26/07/1951, filha de Inácio Felix de Lima e Maria do Socorro da Conceição, residente na Praça João Suassuna, s/n, Centro, Taperoá/PB, telefone de contato 9 8649-8425. Onde veio até esta Delegacia de Polícia, **NOTIFICAR QUE** é tio materno da vítima **MARCOS PEREIRA DINIZ, RG 25.728.031-3 SSP/RJ**, brasileiro, natural de Taperoá/PB, solteiro, encarregado de obra, alfabetizado, com 35 anos de idade, nascido em 23/07/1981, filho de Maria Mercês Diniz e pai não declarado, residente na Rua José Adonias Gomes, s/n, Taperoá/PB, o qual foi vítima fatal de acidente automobilístico; Que, no dia 14/11/2016, saiu de sua residência para o Sítio Silva, zona rural de Taperoá/PB, onde foi participar de aniversário de amigo; Que por volta das 22:00 horas saiu daquele Sítio sozinho guiando seu veículo **FORD/VERONA LX, ANO 1993/1994, PLACA LJH7384/RJ, CHASSI 9BFZZZ54ZPB432535, RENAVAN 00321355016, LICENCIADO EM NOME DE ALEXSANDRO RUFINO BORGES**; Que, quando trafegava no Sítio Campo do Coxo, zona rural de Taperoá/PB, perdeu o controle do veículo e colidiu lateralmente com uma árvore vindo à óbito no local. E nada mais havendo a consignar, encerro a presente certidão, a referida é verdade e dou fé. Eu, Ryldo Venderley de Sousa Alves, Agente da Polícia Civil, que a digitei.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade Civil e Criminal referente ao registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299 do C.P.B.).


Declarante

Taperoá – PB, 18 de novembro de 2016.



ECT - EMP. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30301467 - AC TAPEROA

TAPEROA - PB

ONPJ.....: 34028316374453 Tel.:-

Ins Est.: 160745500

CONFROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU

ONPJ/CPF.....: 09246808000104

Doc. Post.....: 213698565

Contrato.....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709

Cartao.....: 62267655

Movimento.....: 14/12/2016 Hora.....: 14:32:08

Caixa.....: 78763090 Matrícula.....: 84786558

Lancamento.....: 176

Atendimento.....: 00158

Modalidade.....: A Faturar ID Tiquete.....: 1237828375

DESCRIÇÃO

OTD. PRECO(R\$) 21,75+

SEGURO DPVAT

Valor do Porte(R\$).....: 21,75

ONPJ/CPF Remet.: 12190714710

Nome Remetente.....: ana patricia rufino costa

Endereco Remet.....: RUA JOAO PINTO BARBOSA,55

Cont Endereco.....: casa - centro

Cep Remetente.....: 56680-000

Cidade Remet.....: TAPEROA

UF Remet.....: PB

SEDEX DPVAT ESPELHO

Valor do Porte(R\$).....: 47,36

Cep Destino.....: 20031-205 (RJ)

Peso real (Kg).....: 0,138

Peso Tarifado.....: 0,138

OBJETO.....: SN601991440BR

Obj Postado apos horario 1im post ag. DH (Depois da Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 69,11

Valor Declarado nao soltado(R\$)

No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto.

A FATURAR

Reconheco a prestacao do(s) servico(s) acima

prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante

apresentacao de fatura. Os valores constantes de

deste comprovante poderao sofrer variacoes de

acordo com as clausulas contratuais

Nome:

RG:

Ass. Responsavel

Obj Postado apos horario 1im post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

De 25/11 a 31/12, devido aumento nos servicos

de encomendas, estao acrescidos 2 dias uteis

de tolerancia no prazo de entrega.

VIA-CLIENTE

SARA 7.6.02

SN 60199144 0 BR





Seguradora Líder - DPVAT

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

M

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA _____
 DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () REPRESENTANTE LEGAL (X) BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É _____
 ENDEREÇO DO PORTADOR _____
 Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 E-MAIL _____ TELEFONE () _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO)
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS

- (X) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) LAUDO CADAVERÍCO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÓPSA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- (X) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS E DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA O BENEFICIÁRIO MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL), INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- (X) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- (X) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE CASAMENTO, COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- (X) DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL), FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
- (X) TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL), ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A), E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(Ô) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- (X) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- (X) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____
 IDENTIDADE _____
 ASSINATURA _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____
 NOME _____
 ASSINATURA _____



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493448200000027923893>

Número do documento: 20031022493448200000027923893

Num. 28976840 - Pág. 3



Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

MORTE **(M)**

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA MARCOS PEREIRA DINIZ
 DATA DO ACIDENTE 14 11 2016 CPF DA VÍTIMA 041 978 744-70
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ANA PATRICIA RUFINO COSTA
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ REPRESENTANTE LEGAL () BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É ESPOSA
 ENDEREÇO DO PORTADOR JOÃO PINTO BARBOSA
 Nº PB COMPLEMENTO CASA BAIRRO CENTRO
 CIDADE TAPEROA UF PB CEP 58680-00
 E-MAIL MARCELODLADV@GMAIL.COM TELEFONE 83.996407178

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

VALORES DE INDENIZAÇÃO ☒ MORTE = R\$ 13.500,00
☒ INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
☒ DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO)
 O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
 COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO
 PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ LAUDO CADAVÉRICO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÓPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA O BENEFICIÁRIO MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL), OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- () CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL), INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- () PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- () PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE CASAMENTO, COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL), FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
 () TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL), ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A), E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(Ô) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- () DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
 () CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
 () CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 28 11 2016
 IDENTIDADE 3366640
 ASSINATURA ☒

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____
 NOME _____
 ASSINATURA _____



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493448200000027923893>

Número do documento: 20031022493448200000027923893

SINISTRO 3170041816 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARCOS PEREIRA DINIZ

COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO MARIA LUISA COSTA DINIZ

CPF/CNPJ: 14089991455

Posição em 10-03-2020 20:32:00

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

Scanned with CamScanner





10/03/2020

Número: **0800031-21.2017.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **29/01/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA PATRICIA RUFINO COSTA (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27866910	31/01/2020 12:00	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado



CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que no dia 26 de novembro de 2019, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo regimental para interposição de recurso, aos termos do acórdão ID 4766114.

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 31 de janeiro de 2020.

Danielle Maria Furtado Lemos



Assinado eletronicamente por: DANIELLE MARIA FURTADO LEMOS - 31/01/2020 12:00:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2001311200510000000026881864>
Número do documento: 2001311200510000000026881864

Num. 27866910 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 10/03/2020 22:49:37
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031022493689400000027923895>
Número do documento: 20031022493689400000027923895

Num. 28976842 - Pág. 2



Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Comprovante de protocolo

Processo

Número do processo: **0800031-21.2017.8.15.0091**
Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**
Jurisdição: Taperoá - Fórum de Taperoá
Classe: **PROCEDIMENTO COMUM (7)**
Assunto principal: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Valor da causa: **R\$ 13.500,00**
Partes: **ANA PATRICIA RUFINO COSTA (121.907.147-10)**
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (09.248.608/0001-04)

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
PETIÇÃO INICIAL.pdf	Outros Documentos	357,08
CERTIDÃO DE ÓBITO MARCOS PERREIRA.pdf	Outros Documentos	100,39
BO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.pdf	Outros Documentos	1192,76
Petição Inicial	Petição Inicial	0,21
PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.pdf	Outros Documentos	257,71
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA AUTORA.pdf	Outros Documentos	334,56
DOCUMENTOS PESSOAIS DO FALECIDO MARCOS PERREIRA.pdf	Outros Documentos	328,92

Assuntos

DIREITO CIVIL / RESPONSABILIDADE CIVIL / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / ACIDENTE DE TRÂNSIT **Lei**
Lei 10406/02

AUTOR

MARCELO DANTAS LOPES (Advogado)
ANA PATRICIA RUFINO COSTA

RÉU

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Complemento	Valor
2	

Distribuído em: **29/01/2017 21:20**

Protocolado por: **MARCELO DANTAS LOPES**





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800202-70.2020.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: REPRESENTANTE: ANA PATRICIA RUFINO COSTA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que consultando o sistema PJE, verifiquei a existência de outro processo (0800031-21.2017.8.15.0091) com as mesmas parte, arquivado em 16 de março do corrente ano.

TAPEROÁ, 18 de março de 2020
ADRIANA DIAS FARIAS





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800202-70.2020.8.15.0091
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
REPRESENTANTE: ANA PATRICIA RUFINO COSTA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de **ação de cobrança de indenização do Seguro DPVAT** proposta por **MARIA LUISA COSTA DINIZ**, menor impúbere, representada por sua genitora ANA PATRICIA RUFINO COSTA.

Certificada a existência de outra ação arquivada com as mesmas partes (ID nº 29211534).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 99, §§2º e 3º, CPC).

Preceitua o **art. 486 do CPC**:

“O pronunciamento judicial que não resolve o mérito, não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§1º No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I (indeferimento da inicial), IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito”.



No caso dos autos, há certidão informando a existência de outra ação que tramitou entre as partes (0800031-21.2017.8.15.0091), a qual foi extinta sem resolução de mérito por ter sido indeferida a inicial por falta de interesse de agir em razão de ter restado comprovado que não houve pretensão resistida por parte da ré. Houve recurso de apelação e a sentença foi mantida pelo E.TJPB.

O argumento que embasou a sentença de indeferimento da inicial na ação de nº 0800031-21.2017.8.15.0091 foi o de falta de interesse de agir, uma vez que o procedimento administrativo de requerimento do seguro restou extinto por ausência de documentação necessária.

Desse modo, para a propositura de nova demanda, a parte autora deveria ter sanado o vício, nos termos do art. 486, §1º.

No caso dos autos, vislumbro que a autora propôs a demanda alegando a resistência da ré pelo mesmo requerimento administrativo que deu azo à ação de nº 0800031-21.2017.8.15.0091.

Assim, não houve a correção do vício, uma vez que a autora deveria ter feito novo requerimento administrativo instruído da documentação necessária e, caso houvesse resistência, propor nova demanda.

A jurisprudência dominante exige a comprovação de prévio requerimento administrativo e o correspondente indeferimento para que reste configurado o interesse processual.

Ilustrativamente:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.



NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. “Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso” (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC



09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

No mesmo sentido:

TJPB, APL 0020823-61.2013.815.2001, Terceira Câmara Especializada Cível, Rel^a Des^a Maria das Graças Morais Guedes, DJPB 11/04/2017, p. 14; e TJPB, APL 0002391-51.2014.815.2003, Segunda Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, DJPB 11/04/2017, p. 10).

Verifica-se, na espécie, que não houve, portanto, indeferimento administrativo previamente ao ajuizamento desta ação.

Consigno, por fim, não ser o caso de intimação do autor para comprovar o prévio requerimento administrativo e correspondente indeferimento, nos moldes do art. 321 do CPC, porquanto os documentos já encartados nos autos indicam, sem qualquer dúvida, que não houve recusa administrativa de pagamento até o presente momento, de modo que essa diligência seria inútil, servindo tão somente para retardar a prestação jurisdicional.

Posto isso, nos moldes do art. 485, I, c/c art. 330, III, do CPC, **INDEFIRO A INICIAL, EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL**, e condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, observada a suspensão de exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da gratuidade judiciária.

Dispensada a publicação no Diário da Justiça Eletrônico (art. 5º, caput, da Lei Federal n.º 11.419/2006).

Intime-se a parte autora, somente por intermédio de seu advogado (expediente eletrônico).



Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se, **independentemente de nova conclusão.**

Cumpra-se.

TAPEROÁ, 24 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito



Apelação em anexo - formato pdf





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA
COMARCA DE TAPEROÁ - PB.**

O PRIMEIRO PROCESSO FOI EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR PELO FATO DA AUSÊNCIA DA NEGATIVA DA PROMOVIDA, AO CONTRÁRIO DESTES PROCESSOS EM QUE HÁ A NEGATIVA EXPRESSA DA PROMOVIDA

PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS (DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO) - A APELANTE NÃO POSSUI O DOCUMENTO EXIGIDO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO COM OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONCESSÃO.

INFORMA A PARTE APELANTE QUE NÃO PODE ACOSTAR DOCUMENTOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DOS QUAIS NÃO OS POSSUEM COMO A DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO SOB PENA DE INCORRER EM CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA

ARTIGO 299 DO CPB - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INCLUSO

CARTA NEGADA INCLUSA

Autos: 08002027020208150091

MARIA LUISA COSTA DINIZ, menor impúbere, portadora do CPF sob nº 140899914 - 55, representado neste ato pela sua genitora **ANA PATRICIA RUFINO COSTA**, já devidamente qualificado no Processo nº **08002027020208150091**, por intermédio de seus procuradores e advogados infra-assinados, inconformada, data vênica, com a respeitável decisão prolatada no processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, requerendo a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, com fulcro no que preceitua o artigo 1009 e seguintes do NCPC.

Requer ainda, com base no que preceitua os artigos 4º e 9º da Lei Nº. 1.060/1950, que o presente recurso seja recebido com os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a Apelante não dispõe de condições financeiras de arcar com as custas processuais sem prejudicar o próprio sustento.

Nestes Termos, P. deferimento.

Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18.446

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira centro - Fone: (83) 3343-4101 - **Escritório Filial Taperoá** - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848





EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Apelante: MARIA LUISA COSTA DINIZ, menor impúbere,
representado neste ato pela a sua genitora ANA PATRICIA
RUFINO COSTA

Autos: 0800207020208150091

Comarca de Origem: Taperoá/PB

RAZÕES RECURSAIS DO APELANTE

Colenda Turma Julgadora,

Eminente relator,

Merece reforma total a sentença proferida pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, tendo em vista ter contrariado frontalmente os princípios constitucionais DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTABELECIDOS no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

Outrossim, Nobres Julgadores, O APELANTE ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a apelada para obter o seguro DPVAT NO QUAL FAZ JUS como o Boletim de Ocorrência (BO), certidão de óbito e outros documentos necessários para a concessão administrativa do requerido seguro e outros documentos, tendo O PRESENTE PEDIDO NEGADO em virtude da exigência de um documento no qual a autora NÃO POSSUI, COMO A DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEICULO NO QUAL O DE CUJUS CONDUZIA NO MOMENTO DO ACIDENTE QUE CEIFOU A SUA VIDA.

Logo, Nobres Julgadores, O APELANTE REALIZOU O DEVIDO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, HAJA VISTA QUE POSSUIA OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONCESSÃO, CONTUDO NUNCA OBTVEU RESPOSTA ACERCA DO SEU DIREITO DE RECEBER O SEGURO DPVAT.

NESTE CONTEXTO, NOBRES JULGADORES, O DOUTO JUIZ A QUO EXTINGUIU O PRESENTE FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO ESTANDO INCLUSO O PRÉVIO REQUERIMENTO

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira centro - Fone: (83) 3343-4101 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848





ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA E A CARTA DE INDEFERIMENTO DO PLEITO ADMINISTRATIVO JUNTO A PROMOVIDA.

ADEMAIS, COMO JÁ MENCIONADO O PRESENTE PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR RESTA DEVIDAMENTE CONFIGURADO.

DATA MAXIMA VÊNIA, A ATUAL JURISPRUDÊNCIA NÃO DETERMINA O COMPLEMENTO/EXAURIMENTO, MAS SIM NO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE FOI FEITO PELA APELANTE.

LOGO, ANTE AO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A JURISPRUDENCIA ATUAL E O PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO O APELANTE REQUER A REFORMA DA REFERIDA SENTENÇA.

1. BREVE ESBOÇO DA LIDE

A Parte Apelante ajuizou a presente demanda pleiteando junto ao Poder Judiciário a indenização do seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito.

Nisto, Nobres Desembargadores, a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários para concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT como o Boletim de Ocorrência, Prontuário médico, e outros documentos, bem como, A JUNTADA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A CARTA DE INDEFERIMENTO DA APELADA.

Necessário se faz dizer que O PRESENTE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO FOI ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO COMO BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CERTIDÃO DE ÓBITO e outros documentos.

Desta feita, o juízo a quo EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO TENDO O APELANTE REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E O MESMO ESTANDO NEGADO.

No próprio CORPO DA SENTENÇA O JUÍZO A QUO FRISOU:
" A jurisprudência dominante exige a comprovação de prévio requerimento administrativo e o correspondente indeferimento para que reste configurado o interesse processual.





A sentença recorrida a **AFRONTA A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, haja vista, QUE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO PELA APELANTE ENCONTRA-SE NEGADO.**

Inconformado com a sentença monocrática, a parte autora interpõe a presente Apelação, com vistas à reforma total da sentença de 1.º Grau, com suporte nas razões a seguir expostas.

2. Dos Pressupostos de Admissibilidade e a sua Tempestividade

A intimação do apelante se deu por meio da plataforma PJE no dia 04/05/2020, devendo-se considerar os prazos processuais só devem ser contados a partir do primeiro dia útil seguinte, tendo o prazo fatal no dia 25/05/2020.

Logo, o presente recurso **ENCONTRA-SE** plenamente tempestivo.

Acerca das custas e emolumentos recursais, salienta o apelante que não possui meios de arcar com as mesmas sem prejuízo de sua própria subsistência e de sua família, logo, requer o deferimento da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei n° 1060/50.

Os demais pressupostos intrínsecos e extrínsecos do Recurso de Apelação estão plenamente preenchidos.

3. Do Mérito

A decisão do juízo a quo não deve ser mantida, porquanto está em desconformidade com os dispositivos legais e constitucionais, como se vê O **PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR ENCONTRA-SE CONFIGURADO.**

Outrossim, o interesse de agir já restaria **CONFIGURADO PELO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, CONFORME JURISPRUDÊNCIA ABAIXO:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO EM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE





DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. "Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso" (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLICADO 09/02/2015)





(TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

Outrossim, a extinção do processo sem resolução ao mérito ante a COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, bem como, A CONSTATAÇÃO DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO É UMA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO.

4. Das Razões Recursais

Como já mencionado, Nobres Julgadores, a presente causa versa sobre a cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT no qual o juízo a quo que EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO A APELANTE TER REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA E HAVENDO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (NEGADO).

Oportuno dizer que, felizmente, a jurisprudência pátria, aplicando o princípio da inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não vacila em garantir que a toda lesão ou ameaça ao direito teve ser apreciado pelo PODER JUDICIÁRIO.

O apelante BUSCA APENAS A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL APÓS O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A SUA NEGATIVA, DA MELHOR FORMA PREVISTA EM LEI E ACEITA PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS.

No caso dos autos, é de ser afastada a carência de ação por ausência de interesse de agir, uma vez que O APELANTE REQUEREU O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, E O MESMO ENCONTRA-SE NEGADO.

Destarte, espera e confia, data vênia, que seu **legítimo direito** não seja excluído da apreciação do Poder Judiciário.





6 - Dos Pedidos Recursais

Por todo o exposto, pelo que consta dos autos e pelo que será suprido pelos DD. Julgadores requer seja o presente recurso CONHECIDO e PROVIDO, para ANULAR a r. sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito, afastando a FALTA DE INTERESSE DE AGIR, haja vista, que nos autos consta o PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, bem como, CARTA DE INDEFERIMENTO DO PLEITO ADMINISTRATIVO, restando assim, o interesse de agir configurado, determinando o retorno dos autos ao E. Juízo de origem, a fim de que se dê prosseguimento ao feito com a determinação da citação da ré, sob pena de afronta aos princípios do livre acesso à justiça e o da inafastabilidade da jurisdição.

Nestes precisos termos, pede e confia no deferimento.

Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18.446





Vara Única de Taperoá
R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Nº do processo: 0800202-70.2020.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Taperoá manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte promovida:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Para, querendo, contrarrazoar no prazo legal.

TAPEROÁ, em 22 de outubro de 2020.

De ordem, **PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA**
Chefe de Cartório

